

Atena  
Editora  
Ano 2021

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)



# *A Pesquisa em Psicologia:*

Contribuições para o  
Debate Metodológico

2

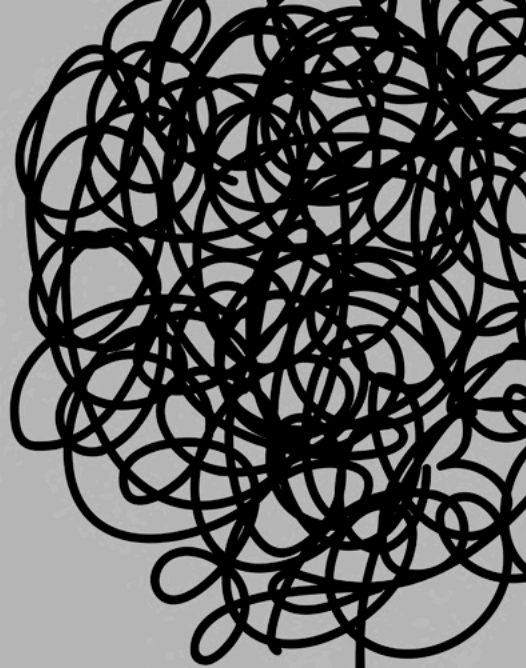


Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# *A Pesquisa em Psicologia:*

Contribuições para o  
Debate Metodológico

2



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes editoriais**

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

## A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico 2

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-430-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.303210209>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea *A Pesquisa em Psicologia: Contribuições para o Debate Metodológico 2*, reúne vinte e sete artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os mitos, o erotismo, os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte, assim como de uma, não tão nova, ferramenta para o tratamento psicológico que é o teleatendimento.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira


## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### CONTOS DE FADAS: VAMOS JOGAR?

Paula Isabel Gonçalves dos Santos

Marta Silva Coelho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102091>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

#### OFICINA TERAPÊUTICA DE ESCRITA COM ADOLESCENTES: A ELABORAÇÃO DE UMA TRAVESSIA

Lorena Peixoto da Silva

Emilse Terezinha Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102092>

### **CAPÍTULO 3..... 22**

#### UM OLHAR À MÃE: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DE PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA COM GESTANTES DA REDE PÚBLICA

Thais Daiane Schmidt

Nadia Sefrin Nascimento Pinto


Evelyn Mates Bueno

Rosiane Guetter Mello

Thairine Camargo dos Santos

Ana Glória Siqueira da Silva

Bruna de Moraes Teixeira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102093>

### **CAPÍTULO 4..... 35**

#### REDES SOCIAIS VIRTUAIS (*INSTAGRAM E FACEBOOK*): APOIO MÚTUO E INFLUÊNCIA PSICOLÓGICA DIANTE DA VIVÊNCIA DA INFERTILIDADE

Ana Paula Estevam Melo Pimentel

Juliana Santos de Souza Hannum

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102094>

### **CAPÍTULO 5..... 51**


#### AS INFLUÊNCIAS DA INTERNET E REDES SOCIAIS E SEU USO PATOLÓGICO NA SOCIEDADE DIGITAL

Jéssel Renan Balleroni

Felipe Boso Brista

Adriana Pagan Tonon

Fernando Luis Macedo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102095>

**CAPÍTULO 6..... 64**

**A COMPREENSÃO DOS SONHOS NA CLÍNICA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL: UM ESTUDO TEÓRICO**

Maria de Fátima Belancieri

Felipe da Silva Bazilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102096>

**CAPÍTULO 7..... 75**

**PROPRIEDADES DE CONTROLE AVERSIVO EM MANUAIS DE PSICOTERAPIA ANALÍTICO-FUNCIONAIS CONTRARIAM AS RECOMENDAÇÕES DE SKINNER E SIDMAN?**


Fanny Bohnenberger Ruschel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102097>

**CAPÍTULO 8..... 91**

**PELO SUJEITO EM ECOLINGUÍSTICA**

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102098>

**CAPÍTULO 9..... 99**

**PREVALENCIA DE DEPRESIÓN EN EL ADULTO MAYOR DEL POBLADO DE AQUILES SERDÁN, CHAMPOTÓN, CAMPECHE**

Betty Sarabia Alcocer

Betty Mónica Velázquez-Sarabia

María Eugenia López-Caamal

Baldemar Aké-Canché

Tomás Joel López-Gutiérrez

Carmen Cecilia Lara-Gamboa

María Concepción Ruíz de Chávez-Figueroa


María Guadalupe Jaimez-Rodríguez

Pedro Gerbacio Canul Rodríguez

Rafael Manuel de Jesús Mex-Álvarez

Patricia Margarita Garma-Quen

Alicia Mariela Morales Diego

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3032102099>

**CAPÍTULO 10..... 109**

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO DE SUICÍDIO E COMPORTAMENTOS AUTOLESIVOS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA**

Gabrielli Ketlyn Ramos Andreani

Gabrielle Ecks

Geórgia Schubert Baldo

Ana Paula Ferreira Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020910>

**CAPÍTULO 11..... 115**

**PERCEÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL SOBRE SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇO DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL**

Leandro Lopes Gibson Alves

Leide da Conceição Sanches

Elaine Rossi Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020911>

**CAPÍTULO 12..... 126**

**PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA PARA PESSOAS IDOSAS QUE RESIDEM EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL**


Dayara Fermiano Campos

Giovanna Silveira Ronqui Souza

Luana Silva Machioski

Thaynara Garcia Gomes

Felipe Ganzert Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020912>

**CAPÍTULO 13..... 136**

**PROJETO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PELOS PARES DA FUNDAÇÃO PORTUGUESA “A COMUNIDADE CONTRA A SIDA” A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DOS JOVENS VOLUNTÁRIOS**

Filomena Margarida Venâncio Frazão de Aguiar

Paula Cristina de Almeida Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020913>

**CAPÍTULO 14..... 148**

**POPULAÇÃO VULNERÁVEL: IDOSOS**

Alyssa Reis Daniel

Bruna Silverio de Sousa


Hugo Murilo de Carlos Vergnano

Jamile Brey Vieira

Julia Marchesi Zeferino

Denise Ribas Jamus

Silvia Regina Hey

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020914>


**CAPÍTULO 15..... 157**

**O PSICODIAGNÓSTICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES DIANTE DA QUEIXA DE TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM**

Ana Raquel Gomes Ferreira

Lúcia Fernanda Costa Castro

Mara Eduarda Sousa de Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020915>

**CAPÍTULO 16..... 164**

**PERCEÇÃO DA DOENÇA E DIABETES TIPO 1: REVISÃO SISTEMÁTICA**

Graciele da Silva Campos

Luana Thums

Elisa Kern de Castro

Tonantzin Ribeiro Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020916>

**CAPÍTULO 17..... 178**

**EFICÁCIA A LONGO PRAZO DA PSICOTERAPIA NA DEPRESSÃO MAJOR: ESTUDO DE COMPARAÇÃO ENTRE A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E A TERAPIA FOCADA NAS EMOÇÕES**

Paula Marinho Vieira

João Manuel de Castro Faria Salgado

Robert Elliott

Carla Alexandra Castro Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020917>

**CAPÍTULO 18..... 188**


**DANDO MAIS TEMPO AO TEMPO NAS ESCOLAS**

Zena Eisenberg

Carlos Alberto Quadros Coimbra

Sibele Cazelli

Jéssica Castro Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020918>

**CAPÍTULO 19..... 207**

**MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO ADOTADOS POR UMA NONAGENÁRIA IMPOSSIBILITADA DE ANDAR: UM ESTUDO DE CASO**

Rosaine da Silva Santos Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020919>

**CAPÍTULO 20..... 217**

**CRENÇAS INFANTIS DE CONCEÇÃO E NASCIMENTO E FATORES ASSOCIADOS**

Filomena de São José Bolota Velho

Elisabete Batoco Constante de Brito


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020920>

**CAPÍTULO 21..... 242**

**OS QUESTIONÁRIOS NA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA. FUNDAMENTOS PARA A SUA CONSTRUÇÃO, ADAPTAÇÃO CULTURAL E ESTUDO DA FIDEDIGNIDADE E VALIDADE**

Maria João de Castro Soares

António João Ferreira de Macedo e Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020921>

**CAPÍTULO 22.....267**

**MONITORIA ACADÊMICA NA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA:  
EXPERIÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE**

Denise Maria de Azevedo Frota

Maria Laís dos Santos Leite

Mauro Michel El Khouri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020922>

**CAPÍTULO 23.....275**

**SÍNDROME DE *BURNOUT*: ESTUDO EM UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA**


Álvaro Jorge Loro

Aline Bogoni Costa

Samantha de Toledo Martins Boehs

Thais Cristine Farsen

Samara Meinchein Furlanetto


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020923>

**CAPÍTULO 24.....288**

**ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO CÂNCER INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Ray Roberto Andrade Nascimento

Rita Cristina de Souza Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020924>

**CAPÍTULO 25.....299**

**A DEVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E UM  
DIÁLOGO COM A PSICOLOGIA**

Aldenise Barreto de Albuquerque Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020925>

**CAPÍTULO 26.....312**

**UMA PONTE ENTRE O PSÍQUICO E O SOMÁTICO: O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO  
COMO POSSIBILITADOR DA PROMOÇÃO DE SAÚDE**

Carline Engel Krein


Valeska Schwarz Kucharski

Luciane Miranda

Bruna Sipp Rodrigues

Tatiane Ströher Renz

Simoni Antunes Fernandes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020926>

**CAPÍTULO 27.....319**

**ANSIEDADE PRÉ – COMPETITIVA E AUTOCONFIANÇA EM MODALIDADE DE ESPORTE  
COLETIVO**

Andréia Maria Bernardt

Scheila Beatriz Sehnem

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30321020927>

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>329</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>330</b>



# CAPÍTULO 21

## OS QUESTIONÁRIOS NA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA. FUNDAMENTOS PARA A SUA CONSTRUÇÃO, ADAPTAÇÃO CULTURAL E ESTUDO DA FIDEDIGNIDADE E VALIDADE

*Data de aceite:* 20/08/2021

*Data de submissão:* 04/08/2021

### **Maria João de Castro Soares**

Instituto de Psicologia Médica, Faculdade de  
Medicina, Universidade de Coimbra, Portugal  
<https://orcid.org/0000-0002-4674-1045>

### **António João Ferreira de Macedo e Santos**

Instituto de Psicologia Médica, Faculdade de  
Medicina, Universidade de Coimbra, Portugal  
<https://orcid.org/0000-0003-2180-2718>

**RESUMO:** A investigação tem sempre por fundamento uma determinada perspetiva de aproximação à realidade. A recolha de dados da realidade levanta questões relativas à definição dos procedimentos de avaliação e à escolha dos instrumentos a utilizar. A escolha dos instrumentos fundamenta-se no trabalho prévio da investigação na área de conhecimento, na aproximação teórica ao fenómeno, na definição do que se pretende estudar, na escolha das variáveis ou constructos a analisar, no objeto do estudo. No presente trabalho iremos abordar o questionário, como técnica de recolha de dados, que é particularmente útil se a investigação envolver o modo de pesquisa quantitativo. Pretende-se sempre que o questionário usado na investigação permita uma adequada recolha de dados, e a sua escolha deve requerer uma avaliação crítica do processo que levou à sua construção ou à sua adaptação e uma análise das suas características metodológicas.

O presente trabalho inicia-se com algumas definições do questionário, seguidamente aborda os aspetos metodológicos relativos à sua construção, à sua adaptação cultural, e ao estudo das suas qualidades metodológicas, que incluem a análise de fidelidade e de validade. Aborda ainda a importância prática da construção de normas para um questionário. Julgamos que este trabalho pode contribuir para uma maior fundamentação da escolha dos questionários a usar nos trabalhos científicos e pode servir de guia para a sua construção e adaptação cultural. **PALAVRAS - CHAVE:** Investigação empírica, Questionários, Desenvolvimento e Adaptação cultural, Fidelidade, Validade.

### QUESTIONNAIRES IN EMPIRICAL RESEARCH. FUNDAMENTALS FOR ITS CONSTRUCTION, CULTURAL ADAPTATION AND STUDY OF RELIABILITY AND VALIDITY

**ABSTRACT:** Research is always based on a particular perspective of approaching the reality. The data collection from the reality raises questions regarding the definition of assessment procedures and the choice of instruments to be used. The choice of instruments is based on previous research work in the area of knowledge, on the theoretical approach to the phenomenon, on the definition of what one aims to study, on the choice of variables or constructs to be analyzed and on the object of the study. The present work approach to the questionnaires considered it as a technique for data collection, which is particularly useful for quantitative research. It is always intended that the questionnaires used in empirical

research allow the adequacy of data collection and its choice must require a critical evaluation of its construction or its adaptation and an analysis of its metrological characteristics. The present work begins with some definitions of the questionnaire, and then approaches the methodological aspects of its construction, its cultural adaptation, and the study of its metrological qualities, which include the analysis of fidelity and validity. It also discusses the practical importance of the questionnaire norms. We believe that this work can contribute to the choice of questionnaires to be used in scientific works and can provide guidelines for their construction and cultural adaptation.

**KEYWORDS:** Empirical research, Questionnaires, Development and Cultural adaptation, Reliability, Validity.

## 1 | INTRODUÇÃO

Um dos passos do processo de investigação científica, que se segue à elaboração da revisão teórica, à definição do tipo de estudo, à definição do problema e à formulação da(s) hipótese(s), ao plano para a amostra, consiste na recolha de dados da realidade (Almeida e Freire, 2017; Vilelas, 2009).

A recolha de dados da realidade coloca várias questões, relativas à definição dos procedimentos de avaliação e à escolha dos instrumentos a utilizar. A escolha dos instrumentos fundamenta-se no trabalho prévio da investigação, na aproximação teórica ao fenómeno que se pretende estudar, na escolha das variáveis ou construtos a analisar, no objeto do estudo (Vilela, 2009).

De acordo com Vilelas (2009), a nível de cada instrumento específico podem distinguir-se dois aspetos: a *forma* e o *conteúdo*. A *forma* diz respeito ao tipo de aproximação empírica e às técnicas usadas para a mesma. O *conteúdo* (e.g., itens) expressa a especificidade dos dados que pretendemos estudar (e.g., variáveis a explorar).

No respeitante aos dados, o mesmo autor considera que estes podem distinguir-se quanto à sua procedência. Os dados *primários* são obtidos diretamente da realidade empírica, pelo contacto que o investigador tem com os factos, através de instrumentos; os dados *secundários* são obtidos através de registos escritos, provenientes do contacto com a prática de outro(s) investigador(es) e do trabalho que daí resultou. Exigindo técnicas de recolha de dados distintas, integram-se num processo sequencial, uma vez que os dados secundários já foram primários e os primários, tendo atingido o seu estágio final, quando são disponibilizados para outros investigadores, tornam-se secundários (Vilelas, 2009).

Os métodos de recolha de dados variam de acordo com a sua estrutura (os dados de uma amostra devem ser colhidos de forma estruturada, do mesmo modo, de forma comparável e previamente estabelecida), a possibilidade de quantificação (os métodos devem permitir que a recolha de dados seja feita de forma narrativa, para posteriormente ser quantificável) e a objetividade (a recolha de dados deve ser o mais objetiva possível) (Polit e Hungler, 1995, Vilelas, 2009).

As técnicas usadas na recolha de dados primários refletem a diversidade de situações

que se apresentam na realidade empírica e abrangem a *observação* (uso sistemático dos sentidos para captar e a realidade que se quer estudar e organizar intelectualmente os seus dados), a *entrevista* não estruturada, estruturada ou semiestruturada (interação social em que investigador formula questões sobre o tema em investigação, às quais o entrevistado responde) e os *questionários*, entre outras.

A entrevista e o questionário são modalidades de recolha de dados, que fazem parte de uma categoria mais lata, que é o inquérito. O questionário é um instrumento necessário para realizar uma entrevista formalizada, mas pode usar-se sem ser neste âmbito (Vilelas, 2009).

Neste trabalho, o questionário será abordado como técnica formal de recolha de dados em investigação, na aceção de Almeida e Freire (2017). Para estes autores as técnicas formais de avaliação incluem “provas” como escalas, testes, inventários/questionários (Almeida e Freire, 2017) estandardizados, aferidos para uma determinada população.

Partindo das definições do questionário de alguns autores, abordaremos, posteriormente, os procedimentos metodológicos usados na construção de questionários formais (de importância para o desenvolvimento de um questionário novo), os usados na sua adaptação (de importância para a aplicação de um questionário já existente e validado em outro país ou numa população diferente daquela que se pretende estudar) e ainda os implicados no estudo da sua fidelidade e validade. Será ainda abordada a importância da construção de normas.

Este trabalho pode ter implicações na prática da investigação, que segue um paradigma de pesquisa quantitativo, pois pode contribuir para uma maior fundamentação do uso da técnica de recolha de dados através de questionários formais.

## 2 | O QUESTIONÁRIO. DEFINIÇÕES

Para Wood e Haber (2001), os questionários são instrumentos de registo escrito, que visam pesquisar dados de sujeitos, através de questões, que avaliam um construto (e.g., conhecimentos, atitudes, crenças, sentimentos), que é objeto de estudo. Para Almeida e Freire o questionário consiste *num conjunto de itens, questões ou situações mais ou menos organizado e relacionado com um certo domínio a avaliar* (Almeida e Freire, 2017, p. 82). Finalmente, para Ghiglione e Matalon o questionário é um instrumento rigorosamente estandardizado tanto no texto das questões, como na sua ordem (Ghiglione e Matalon, 1997).

Estas três definições chamam a atenção para características relevantes dos questionários. Uma delas diz respeito à sua constituição por um conjunto de questões, itens ou situações; uma outra é que este conjunto de questões itens ou situações é organizado, planeado, rigorosamente estandardizado. Um terceiro aspeto do questionário diz respeito

ao facto do mesmo avaliar um conceito, domínio ou constructo e, por último, um quarto, é o visar a pesquisa de dados de sujeitos. O uso do questionário com o objetivo de pesquisa de dados em amostras de sujeitos é salientado por Ghiglione e Matalon (1997, p.108), quando afirmam que, *contrariamente às diferentes formas de entrevista, a conceção e redação de um questionário são inteiramente determinadas pela exploração estatística que para ele está prevista.*

De acordo com Ghiglione e Matalon (1997) existem quatro propósitos da investigação que os questionários servem e que são os seguintes: (1) a estimativa de grandezas absolutas (e.g., estudo de percentagens, da média de determinada variável), (2) a estimativa de grandezas relativas (e.g., a estimativa da proporção de uma variável na população), (3) a descrição de uma população ou subpopulação (e.g., determinação das características socioeconómicas, psicológicas e académicas dos participantes de um estudo), e (4) verificar hipóteses, relativas às relações possíveis entre variáveis. Este último objetivo é, em geral, o mais importante para os economistas, para os sociólogos (Ghiglione e Matalon, 1997) e, diríamos nós, a nível da investigação de outras áreas do conhecimento, como a educação e a psicologia. Atingir os quatro objetivos, acima referidos, pressupõe a explicitação clara dos mesmos, a operacionalização dos conceitos ou construtos que os objetivos implicam e a escolha de um questionário, ou dimensões do mesmo (grupo de itens/questões) que os avaliem (Ghiglione e Matalon, 1997).

Tendo em conta a exploração estatística dos dados obtidos com o questionário formal, a sua administração deve assegurar a comparabilidade entre os participantes na investigação. O uso de um questionário formal, já adaptado e validado para a população a analisar, pressupõe que este seja aplicado, sempre da mesma forma a um conjunto de pessoas (constância das condições de aplicação), sem que haja alteração na formulação dos seus itens ou das instruções durante a sua administração (Ghiglione e Matalon, 1997).

### **3 I A CONSTRUÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO**

Quando se pretende desenvolver uma escala, deve-se ter em conta os seguintes aspetos: (1) a definição do que a escala mede, o construto que avalia; (2) a descrição da população alvo; (3) a justificação da necessidade de desenvolver a escala, dentro do contexto das escalas existentes; (4) a construção de um conjunto de itens, a sua fundamentação e processo percorrido para chegar a eles; (5) a descrição do pré-teste e da amostra; (6) A fidelidade e validade dos seus resultados; e (7) as suas normas.

#### **3.1 Os itens ou questões**

A construção de um questionário, isto é, a elaboração dos seus itens, pressupõe que, alguns dos aspetos referidos tenham sido previamente realizados, nomeadamente,

que tenha sido especificado o objetivo da prova, a população alvo, o construto que o mesmo pretende avaliar, as suas dimensões e os aspetos comportamentais relevantes que especificam o construto (Almeida e Freire, 2017). Este trabalho de operacionalização do novo questionário, requer a realização prévia da revisão da literatura na área, a análise das provas existentes que avaliam o mesmo construto, o contacto com especialistas na área e com futuros alvos e ainda a ponderação sobre a necessidade de construir um novo instrumento, quando já existem outros (se for este o caso).

### 3.1.1 *Âmbito da prova*

O processo de construção de um questionário começa pela definição do que se pretende avaliar com o mesmo (construto), do para que se vai avaliar (objetivo) e da população a que se destina e estes aspetos vão orientar as fases sucessivas de recolha, análise e seleção dos itens a reter na prova.

O construto a avaliar pelo questionário pode fundamentar-se numa conceção teórica a seu respeito, e esse enquadramento pode influenciar a escolha de dimensões e dos seus itens. Na elaboração dos itens é, também, essencial considerar se o construto, a avaliar pelo questionário, é unidimensional (avalia uma dimensão) ou multidimensional (avalia duas ou mais dimensões).

É também relevante definir o seu objetivo, pois o mesmo pode variar muito. Por exemplo, pode ser avaliar traços de personalidade, dimensões do comportamento, distinguir grupos quanto a variáveis, realizar rastreio, avaliar os parâmetros de eficácia de uma intervenção ou de um programa, indicar um diagnóstico provável, avaliar a evolução ou servir de meio auxiliar para a realização de um prognóstico (Almeida e Freire, 2017).

A população alvo e o grupo etário a que o instrumento de avaliação se destina, também assumem relevância na elaboração dos itens, pois o construto a avaliar pode não assumir as mesmas dimensões ao longo do ciclo vital.

### 3.1.2 *Formulação dos itens e instruções do questionário*

#### **a) Questões prévias**

Os investigadores que desenvolvem questionários, quando procuram construir os seus itens, por vezes, fundamentam-se em fontes de informação, que podem ir desde a prática do investigador, a discussões em *mesa redonda/ painel de especialistas*, debates com outros especialistas, entrevistas abertas, até à consulta de textos e análise de itens dos questionários existentes.

Segundo Sierra Bravo (1988), os dados ou conteúdos, que se podem obter com um questionário, agrupam-se em três tipos: (1) os factos (dados atuais do indivíduo) relativos ao domínio social do indivíduo (e.g., idade, escolaridade), ao domínio do ambiente que o

rodeia (e.g., relações interpessoais) e ao domínio do seu comportamento; (2) as opiniões e níveis de informação, ou seja, os dados que envolvem subjetividade; (3) as atitudes, motivações, sentimentos, ou seja, o que impele para a ação; e (4) as cognições (e.g., os conhecimentos avaliados com um questionário).

O conjunto de itens do questionário deve ser cuidadosamente elaborado. A elaboração de um primeiro conjunto de itens (por norma, o dobro dos itens que se pretende reter na versão definitiva do instrumento) tem por base a operacionalização do construto através de sucessivos níveis de aproximação ao comportamento manifesto.

Alguns aspetos devem ser considerados previamente à formulação dos itens, nomeadamente: (1) deve ser decidido quantos itens deverá incluir a versão definitiva do questionário; (2) o grau de dificuldade ou o nível de intensidade dos comportamentos que se deverão considerar, tendo em conta a população alvo e os objetivos do questionário; (3) o formato e conteúdo dos itens (e.g., itens muito estruturados, itens com alternativas de escolha ou questões abertas, elaboração da resposta pelo indivíduo, resposta escrita ou oral, prova de papel-lápis ou que envolve a manipulação de materiais) e, por fim, (4) a forma como vai ser realizada a sua aplicação (por exemplo: autoadministração, aplicação individual ou coletiva) (Almeida e Freire, 2017).

## **b) O número de questões**

No que diz respeito ao número de questões/itens, o questionário não deve ser demasiadamente curto, porque se pode perder informação, nem excessivamente longo, porque o inquirido pode cansar-se, deixar de responder. Deve cingir-se ao número de perguntas necessárias para avaliar o constructo, sendo aconselhável que leve entre 30-45 minutos a responder (Ghiglione e Matalon, 1997; Hernández Sampieri et al., 2000; Ibáñez e Serrano, 1985, Vilelas, 2009) e nunca mais de 60 minutos (Ghiglione e Matalon, 1997). No entanto, Ghiglione e Matalon (1997) alertam para a importância das condições em que é realizada a aplicação do questionário, sendo que a sua administração a uma amostragem local, realizada na rua ou em lugares públicos, com os participantes de pé, com outras pessoas no meio circundante, não deverá ultrapassar os 10 minutos.

## **c) Forma das questões e escala de medida das opções de resposta**

As questões também podem ser classificadas quanto à forma, isto é, podem ser *fechadas* ou *abertas* (Ghiglione e Matalon, 1997; Polit e Hungler, 1995, Vilelas, 2009).

As *questões abertas*, não requerem a previsão da resposta e o inquirido pode responder como quiser, de forma livre, usando as suas próprias expressões.

As *questões fechadas* caracterizam-se pelo facto de o inquirido ter de optar por uma opção de resposta possível, que é prevista ou fornecida no questionário. As instruções das questões fechadas podem variar, sendo frequentemente solicitado que o inquirido indique a resposta que ache mais adequada, que indique várias respostas (sendo livre ou fixo o

número de respostas) ou que ordene as respostas (da menos para a mais adequada, ou um número fixo de respostas mais adequadas) (Ghiglione e Matalon, 1997).

As opções de resposta podem envolver uma escala de medida qualitativa nominal da variável, e, nesse caso, podem ser dicotómicas ou politómicas. Um exemplo de opções de resposta qualitativas nominais são as das questões que envolvem uma escolha entre “Sim” e “Não”, ou, por exemplo, entre o género “Feminino” e “Masculino”. As opções de resposta politómicas apresentam várias categorias de resposta que não têm entre si uma ordenação hierárquica, como, por exemplo, a indicação da instituição de ensino secundário que o participante frequenta entre várias de uma cidade.

A escala de medida das opções de resposta das questões/itens de um questionário podem também ser qualitativas ordinais/hierárquicas, sendo possível estabelecer entre elas uma ordem de mais para menos ou inversamente, uma relação hierárquica. Por exemplo, a classificação da descrição da saúde psicológica global pode ser considerada numa escala de má a muito boa. As opções de resposta podem envolver uma *escala de intervalos iguais*, caracterizada pela existência de categorias que se organizam segundo intervalos iguais entre si e revelam a possibilidade de ordenação entre elas, encontrando correspondência na realidade do fenómeno observado (e.g. temperatura 26-27 graus 28-29 graus, 30-31 graus, etc.). As questões com respostas com uma escala de medida de *Likert* ou de *tipo Likert* são também frequentemente usadas nos questionários. As opções de respostas consistem numa série de proposições, às quais é atribuída uma cotação/pontuação e o indivíduo terá que optar por uma delas. A escala é de *Likert* se as opções de resposta envolverem um ponto intermédio de neutralidade [e.g. opções de resposta: *concorda totalmente; concorda, nem concorda/ nem discorda, discorda, discorda totalmente* (cotação de 5 a 1)] e de *tipo Likert*, se esse ponto não existir [e.g. opções de resposta: *concorda totalmente, concorda, discorda, discorda totalmente* (cotação 4-1)]. Nas *escalas de diferenciais semânticos*, o item, geralmente um adjetivo, é apresentado de forma bipolar, em que um extremo corresponde a pontuação mais baixa e o outro extremo à pontuação mais elevada, usando uma determinada escala. Por exemplo, em relação ao otimismo baixo e elevado o inquirido escolhe entre várias posições, tendo de optar por um ponto intermédio (caso exista) ou por uma posição mais próxima de um dos extremos.

Na *escala de ordenação ou hierárquica* as opções de resposta fornecidas consistem numa série de enunciados que o inquirido deve colocar por ordem, de acordo com a importância que lhes atribui. As opções de resposta com uma escala de ordenação devem ser inclusivas (abranjer todos os valores possíveis da variável a medir) e ter intervalos mutuamente exclusivos (cada dado recolhido só pode pertencer a uma categoria da escala).

O tipo *questões fechadas* tem como vantagem o facto do seu tratamento estatístico das respostas ser fácil de realizar. Todas as pessoas que responderem são comparáveis (Ghiglione e Matalon, 1997). Como desvantagens podem-se referir o direcionamento do pensamento do inquirido, a pobreza da informação obtida, e a probabilidade de algumas

perguntas não serem respondidas devido à incompreensão das mesmas, sem que tal facto possa ser evitado (Ibáñez e Serrano, 1985, Vilelas, 2009).

As *questões abertas* levantam menos dificuldade numa fase inicial, pois são mais fáceis de fazer, bastando anotar a resposta. No entanto, colocam mais dificuldade no tratamento da informação recolhida, pois as respostas terão de ser interpretadas e codificadas, reduzidas a um pequeno número de categorias que incluam a informação mais relevante, que, por sua vez será quantificada posteriormente. A interpretação e codificação das respostas é um processo moroso, que remete para a análise de conteúdo e exige normalmente o envolvimento de mais do que um investigador (Ghiglione e Matalon, 1997; Hernández Sampieri et al., 2000, Vilelas, 2009).

#### **d) A Representação do Construto, Formulação e Organização dos Itens.**

Devem ser seguidos alguns princípios gerais de forma a garantir que os itens sejam *construídos para representar comportamentalmente o construto a avaliar* (Almeida e Freire 2017: p. 86) e que cada questão de um questionário seja colocada a cada pessoa sempre da mesma forma, sem explicações suplementares da pessoa que está a inquirir (Ghiglione e Matalon, 1997). Assim, as questões do questionário não devem ser demasiado gerais, confusas ou ambíguas, mas formulados com clareza, de forma objetiva, simples e fácil de compreender (Almeida e Freire, 2017; Ghiglione e Matalon, 1997; Vilelas, 2009). A clareza das questões varia na razão inversa da sua extensão, pelo que, devem ser curtas, escritas com uma linguagem simples e sintaxe clara (Craig e Smyth, 2004, Vilelas 2009).

Os itens devem também ser relevantes, estar relacionados com o domínio e objetivo de avaliação, isto é, devem ser capazes de avaliar a característica psicológica que o questionário pretende medir. O processo de recolha dos itens e a decisão da sua relevância podem requer a consulta da população alvo, envolver a consulta de especialistas da área, a leitura da literatura sobre os instrumentos existentes que avaliem construtos, objetivos e população alvo similares, entre outras tarefas. Um outro aspeto a contemplar é que os itens avaliem a *amplitude* do domínio que se pretende medir, como, por exemplo, os graus de dificuldade, os níveis de intensidade, entre outros. Os itens devem também ser credíveis, apresentar boa *validade aparente* (*face validity*).

Para além da formulação das questões é também importante a ordem pela qual são colocadas, o que deverá ser cuidadosamente escolhido, pois a posição de uma pergunta em relação às outras pode influenciar a sua resposta. As primeiras perguntas são muito importantes, pois dão uma indicação ao inquirido do estilo geral do questionário, do seu tema e do tipo de resposta que é esperada, do seu cariz mais íntimo ou não (Ghiglione e Matalon, 1997).

Deve também ser elaborado o conjunto de instruções, a seguir no preenchimento do questionário. Estas contemplam geralmente a explicação da tarefa ou do que se pretende com o questionário, o quadro temporal ou período a que o inquirido se deve reportar nas



respostas (e.g., durante o último ano., mês..., semana..., ou dias... alguma vez..., nesta gravidez...), entre outros aspetos. A elaboração de um questionário deve ser feita, de forma a que não haja necessidade de outras instruções, que não sejam as que são enunciadas antes da formulação das questões (Ghiglione e Matalon, 1997)

### 3.1.3 *Análise e seleção dos itens*

Após ter sido construída a primeira versão da formulação dos itens, seguem-se várias análises exploratórias qualitativas e quantitativas, que podem levar à alteração dos itens, a algumas reformulações, acrescentos ou até a sua exclusão da prova.

#### **a) Análises qualitativas e quantitativas dos itens**

Para realizar a análise do conteúdo e forma dos itens, é habitualmente usado o pré-teste, aplicando o método qualitativo de *reflexão falada*. Este procedimento consiste na administração da prova a um grupo de indivíduos com características similares às da população alvo, visada pelo questionário. O que deve ser o tamanho dessa amostra diverge com os autores. Segundo Gil (1999), este grupo deve ser constituído por 10-20 indivíduos e para Hill e Hill (2002), este deve ser composto por 50 elementos. É solicitado a esses indivíduos que preencham os itens e que expressem verbalmente as impressões que tiveram em relação aos mesmos (Almeida e Freire, 2017). Através deste processo, podem ser obtidas informações relevantes quanto à construção gramatical dos itens, à compreensão do seu conteúdo, quanto às dificuldades e facilidades que os sujeitos da amostra encontraram na prova ou em alguns itens, quanto aos processos e estratégias que usaram nas suas respostas, quanto à suficiência das instruções, à adequação das alternativas de resposta, ao tempo requerido para a resposta aos itens da prova, quanto à atitude do indivíduo face aos itens, se existem padrões de resposta específicos a determinados grupos que possam ser fonte de enviesamento (e.g., etnia, género), se existe uma tendência para dar respostas ocasionais ou muito regulares, entre outras. Estes aspetos podem levar à reformulação dos itens ou à sua exclusão do questionário.

Um procedimento adicional de análise qualitativa dos itens consiste na consulta de especialistas com prática profissional na área. Estes poderão também fornecer o seu parecer quanto à informação obtida pelo método de *reflexão falada*.

Os procedimentos quantitativos, realizadas na fase de análise e de seleção dos itens, visam a avaliação da dificuldade ou dispersão das respostas numa amostra de indivíduos avaliados; a exploração da validade interna dos itens (em que medida a resposta num item se correlaciona com as respostas aos outros itens ou com o total da prova) e o estudo da validade externa dos itens (correlação com um critério externo, como, por exemplo, outro questionário, os resultados escolares, diagnósticos clínicos).

## **4.1 A ADAPTAÇÃO CULTURAL DOS QUESTIONÁRIOS FORMAIS JÁ EXISTENTES**

Na investigação científica, o investigador pode querer usar um questionário formal que avalia o constructo que quer explorar, mas que foi construído em outro país, que revelou características psicométricas robustas nessa população, mas que não teve ainda a adaptação cultural e os estudos psicométricos, que possibilitassem o seu uso na população em causa. Para realizar a adaptação do questionário para determinada população torna-se necessário cumprir vários requisitos, que incluem a sua tradução e retroversão, a avaliação rigorosa dessa tradução e adaptação cultural e o estudo das suas características metrológicas. A Figura 1 descreve os procedimentos relativos à adaptação cultural de um questionário formal.

Apesar de não existir um consenso entre os vários autores quanto ao melhor método a seguir na adaptação cultural de uma escala, vamos descrever os procedimentos sugeridos por Vilelas (2009), que são os seguintes:

### **4.2 Tradução inicial e síntese das traduções.**

A tradução de um questionário segue procedimentos rigorosos, a fim de que seja mantida a sua integridade original. Assim, as questões da versão do questionário adaptada devem manter o significado de cada item da versão original. Alguns autores defendem que a tradução deve ser realizada por dois tradutores independentes, bilingues (naturais do país para onde a escala está a ser adaptada e que dominem a língua do país da escala original), sendo que um deles conhece a temática do questionário e o outro não (Beaton et al., 2002; Vilelas, 2009). Estas traduções devem ser comparadas e as discrepâncias ultrapassadas, consultando os próprios tradutores. Uma terceira pessoa, a partir dessas duas traduções, irá construir a síntese das traduções, uma versão final única, na língua alvo. Deve ainda registar por escrito as discrepâncias que foram observadas e a forma como foram resolvidas (Figura 1).

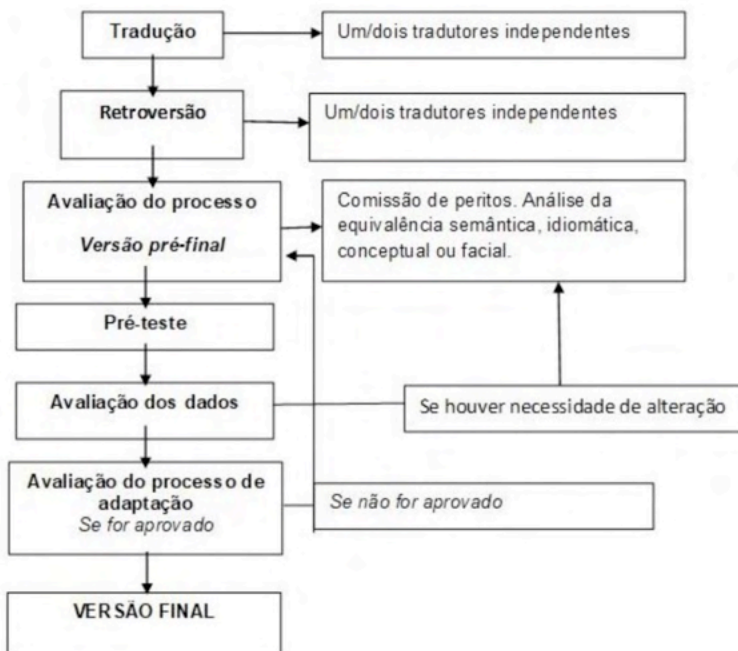


Figura 1: procedimentos relativos à adaptação cultural de um questionário formal, até à obtenção da versão final (adaptado de Vilelas, 2009)

### 4.3 Retroversão

Segue-se a retroversão dessa versão única na língua alvo, para a língua original do instrumento, realizada por um ou dois tradutores bilingues, que não tiveram acesso à versão original, a fim de verificar as divergências a nível dos significados e/ou dos conteúdos entre o instrumento original e a sua tradução (Vilelas, 2009: p 359). As retroversões obtidas devem ser também comparadas pelo investigador, que irá construir uma versão única da retroversão do instrumento, a qual, por sua vez será comparada com a versão original. As divergências serão explicadas e corrigidas (Figura 1).

### 4.4 Versão pré-final do questionário formal

Posteriormente, um grupo de especialistas, com conhecimentos sobre os constructos que o instrumento pretende avaliar, realiza a revisão das traduções (da versão original e final). Este grupo de peritos deve incluir elementos que dominem a língua de origem do instrumento, que tenham experiência/conhecimentos a nível da construção e validação de instrumentos e os tradutores da versão original e da retroversão. Pretende-se que esta equipa avalie a equivalência semântica, das expressões idiomáticas, a equivalência experimental/cultural e conceptual ou facial do instrumento. Em caso de falta de consenso entre os especialistas pode ser requerida a revisão do processo de tradução/retroversão,

para melhorar a formulação das questões. Este processo leva à elaboração da *versão pré-final* do instrumento (Vilelas, 2009) (Figura 1).

#### 4.5 Pré-teste da versão pré-final do questionário formal

O pré-teste visa avaliar a equivalência entre a versão original e pré-final do questionário, a compreensão e clareza dos itens, avaliar a sua validade aparente (Ciconelli, 1997, Vilelas, 2009). Para o efeito, o questionário é aplicado a um pequeno grupo de indivíduos (30-40 indivíduos do grupo alvo) (Beaton et al. 2007), que depois disso é entrevistado, a fim de analisar a pertinência, clareza e relevância cultural dos itens, o que pode levar à sua redefinição. Após o pré-teste, é realizada a avaliação qualitativa do questionário, considerando as observações e dúvidas dos inquiridos, a falta de compreensão das questões, entre outros aspetos e, caso seja necessário realizar mudanças na formulação dos itens, pode ser preciso voltar a reunir a comissão de peritos (Figura 1).

Os procedimentos quantitativos realizadas na fase de análise e de seleção dos itens visam a avaliação da dificuldade ou dispersão das respostas dadas pelos participantes da amostra; a exploração da validade interna dos itens (em que medida a resposta num item se correlaciona com as respostas aos outros itens ou com o total da prova) e o estudo da validade externa dos itens (correlação com um critério externo, como, por exemplo, outro questionário, os resultados escolares, diagnósticos clínicos).

Na fase do pré-teste é também avaliado o tempo de administração do instrumento. Mas a adaptação cultural de um questionário, não significa validá-lo. Assim, depois de se proceder à sua adaptação cultural devem ser estudadas as qualidades psicométricas da versão pré-teste, a sua fidelidade e validade (Guillemin, 1995, Vilelas, 2009), com recurso a métodos específicos.

Quer os questionários formais tenham sido adaptados, quer tenham sido construídos de novo, as características psicométricas devem ser estudadas na população alvo.

## 5 | CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Quando se procede à construção de um questionário novo ou à adaptação de um existente, devem ser analisadas as suas características metrológicas, nomeadamente, a sensibilidade, a fidelidade e a validade dos seus resultados (Almeida e Freire, 2017). As características psicométricas do questionário devem também ser consideradas quando o investigador procede à sua escolha para fins de investigação, opta por um em detrimento de outro.

Para isso, o questionário terá de ser administrado a uma amostra representativa da população alvo.

## 5.1 Sensibilidade

A sensibilidade dos resultados em um questionário consiste no grau com que os resultados obtidos no mesmo surgem distribuídos de forma a diferenciar os sujeitos entre si, quanto aos seus níveis de realização (Almeida e Freire, 2017). Existem vários procedimentos de análise da sensibilidade de um questionário, mas todos eles se relacionam com a questão da normalidade ou não-normalidade da distribuição dos resultados/pontuações em análise. Desta forma, deve ser analisado se os resultados percorrerem o leque entre o valor mínimo da pontuação e o máximo; se o valor da média, mediana e moda da distribuição se aproximam (estes valores sobrepõem-se na distribuição normal); se os resultados se distribuem numa amplitude de 2,5 ou 3 unidades desvio padrão acima e abaixo da média; se os coeficientes de assimetria e achatamento da distribuição dos resultados não ultrapassam a unidade. Existem vários fatores que podem contribuir para a sensibilidade dos resultados, que são relativos à amostra (e.g., tamanho da amostra e representatividade insuficientes), aos itens (e.g., facilidade/dificuldade dos itens para os sujeitos da amostra), ao tempo de execução (e.g., demasiadamente longo ou curto) e à sua aplicação (e.g., falta de motivação para responder; condições externas de aplicação não adequadas; as instruções não foram seguidas, etc).

## 5.2 Fidelidade ou fidedignidade do questionário

A fidelidade (ou fidedignidade) de um questionário formal consiste no grau de confiança ou de exatidão que se pode ter na informação obtida (Almeida e Freire, 2017), o quanto a sua pontuação é exata e precisa. Uma série de procedimentos são usados para analisar a fidelidade de um questionário e incluem o teste-reteste (estabilidade ou consistência temporal dos resultados), as formas equivalentes e a análise da consistência interna ou homogeneidade dos itens (se os itens apresentam um todo homogêneo).

### 5.2.1 *Teste-reteste e estabilidade temporal*

No estudo da estabilidade ou consistência temporal dos resultados é habitualmente usada a análise de *teste-reteste* com o mesmo questionário ou com as suas formas paralelas (equivalentes ou alternadas).

Na análise de *teste-reteste* com o mesmo questionário, este é aplicado duas vezes aos mesmos indivíduos, com um intervalo temporal, que não deve ser demasiado longo, que permita tenha ocorrido mudança na variável (e.g. devido, por exemplo, a diversas experiências educativas, ao desenvolvimento, etc.), nem demasiado curto, que possibilite a transferência da aprendizagem dos procedimentos, a memorização da informação ou das respostas dadas para a segunda administração. O espaço de tempo geralmente usado entre a situação teste e a reteste varia entre 4-6 semanas (Vilelas, 2009).

O procedimento metodológico e estatístico da análise teste-reteste com formas

paralelas é similar ao que usa a mesma forma de questionário. A utilização de formas paralelas diminui o problema da transferência de aprendizagem, mas tem a limitação relacionada com a constituição de duas formas verdadeiramente equivalentes de um mesmo questionário, no que respeita ao seu conteúdo, grau de dificuldade e forma (Almeida e Freire, 2017).

As pontuações obtidas nestas duas administrações do questionário ou na administração de duas formas paralelas são correlacionadas, usando a análise de correlação. A análise de correlação é realizada em relação à pontuação total obtida nas duas administrações do questionário (total teste e total reteste) e em relação à pontuação nos itens/questões que o compõem (pontuação do mesmo item no teste e no reteste), sendo esperado que seja positiva e estatisticamente significativa. Para a análise da magnitude das correlações Cohen (1988) indica que um coeficiente de correlação de .1 é baixo, de .3 é moderado e que de .5 é elevado. Segundo Vilelas (2009) a correlação entre as pontuações do teste e do reteste deve ser superior ou igual a .40. A correlação tende a diminuir à medida que aumenta o intervalo temporal *teste-reteste*.

### 5.2.2 *Bipartição dos itens ou duas metades*

Esta análise avalia a consistência de resultados obtidos com dois conjuntos diferentes de itens. Consiste na correlação entre duas metades de um mesmo questionário, tendo como ponto de partida as respostas dadas a um só questionário, aplicado uma única vez. Trata-se então de dividir os seus itens em duas partes, de forma a constituir duas formas do mesmo e de correlacionar as suas pontuações. Para dividir os itens em duas metades, pode-se tomar como ponto de partida a numeração par e ímpar, que é sobretudo útil quando a progressão na prova implica um aumento do grau de dificuldade. A bipartição dos itens, com base na sua divisão entre a primeira parte e a segunda parte dos itens da prova nunca é aconselhável, devido ao facto de poder haver um efeito da fadiga ou aborrecimento, mais notórios no final do preenchimento da prova e este procedimento não se pode aplicar a questionários que envolvam a velocidade/ tempo de resposta. Se este método tem como vantagem a anulação do tempo decorrido entre a administração da mesma prova ou provas paralelas, tem como desvantagem a limitação decorrente da distribuição dos erros ocasionais, o que pode influenciar o coeficiente de correlação obtido (Almeida e Freire, 2017).

### 5.2.3 *Poder discriminativo dos itens Correlação item-total/ item-total corrigido*

O poder discriminativo de um item consiste no *grau em que o item diferencia no mesmo sentido do teste global* (Almeida e Freire, 2017), em que cada item se relaciona com as respostas dadas a todos os outros itens, em que medida cada item avalia o que os

outros também medem. Um dos procedimentos estatísticos mais aplicado para explorar o poder discriminativo dos itens de um questionário formal, consiste no cálculo da correlação da pontuação de cada item do questionário com a pontuação total do questionário corrigida (pontuação total-corrigida). A pontuação total-corrigida consiste na pontuação total à qual foi subtraída a pontuação do item, e este procedimento visa que os valores das correlações obtidas não resultem dessa contribuição espúria (Almeida e Freire, 2017). Os itens a reter devem ter uma correlação positiva elevada com a pontuação total.

Se o questionário não for unidimensional e avaliar duas ou mais dimensões, a correlação item total-corrigido deve realizar-se em relação à subescala a que o item pertence (validade convergente do item) e com o total-corrigido da outra dimensão (validade discriminante do item), esperando-se que estejam mais associados à sua própria dimensão do que à outra.

Para que se considere que o item contribui para a consistência interna, a consistência do questionário ou da dimensão a que item pertence deve diminuir quando o item é excluído do seu cálculo. Para melhorar a consistência interna do questionário devem ser excluídos os itens com baixas correlações com o total (correlação inferior a .20) (Almeida e Freire, 2017). No entanto, o investigador não se deve só fundamentar na magnitude das correlações, mas também no seu conhecimento sobre itens e sobre a sua relação teórica com o construto (Green et al., 1999).

#### 5.2.4 *Consistência interna ou homogeneidade dos itens*

A *consistência interna* dos itens, também designada consistência interitens, ou equivalência racional, consiste no *grau de uniformidade ou de coerência existente entre as respostas dos sujeitos a cada um dos itens da prova* (Almeida e Freire, 2017: p. 112)

Os coeficientes usados, para avaliar a consistência interna de um questionário formal, procuram analisar em que medida a variância geral das pontuações na prova se associa ao somatório da variância item a item. Quando as opções de resposta aos itens são dicotómicas, aplica-se o coeficiente de *Kuder-Richardson* e quando as opções de resposta são ordinais de *Likert* ou de *tipo-Likert* usa-se uma sua extensão, isto é, o coeficiente alfa de *Cronbach*. O coeficiente alfa leva em conta todas as interassociações entre os itens do questionário. A consistência interna dos itens é tanto mais elevada quanto maior for o coeficiente de fidedignidade alfa de *Cronbach*, sendo a mesma adequada/elevada quando o seu valor é igual ou superior a .70 [respeitável: .70-.80; muito bom: .80-.90; possível excessiva homogeneidade dos itens e ponderar a sua redução >.90] Os índices de consistência entre .65-.70 são ainda minimamente aceitáveis, mas abaixo disso não [inaceitável: <.60, indesejável: .60-.65] (Almeida e Freire, 2017). O coeficiente alfa de *Cronbach* pode ser calculado para cada uma das dimensões de um questionário formal e para o total. O coeficiente de *Kuder-Richardson* interpreta-se da mesma forma do que o

coeficiente alfa de *Cronbach*.

Se os itens não tiverem homogeneidade, não é adequado somar as suas pontuações para obter a pontuação total do questionário, nem poderá ser assumido que a variável em causa está a ser medida.

### 5.3 Validade

A validade de um questionário formal consiste na capacidade que o mesmo tem de avaliar a variável que pretende medir, o grau em que os seus resultados medem o que o questionário pretende avaliar (Almeida e Freire, 2017; Vilelas, 2009). A validade de um questionário formal pode ser definida como a *relevância das pontuações e a extensão em que é possível fazer inferências apropriadas a partir das [suas] pontuações* (British Psychological Society, 1992: p. 4, 6). Alguns tipos de validade vão ser descritos seguidamente

#### 5.3.1 *Validade de conteúdo e validade facial*

A *validade de conteúdo*, também designada por *validade lógica*, tem a ver com o grau de adequação dos itens de um questionário para representar a dimensão ou constructo que o mesmo pretende avaliar (Almeida e Freire, 2017). A pergunta que se coloca é: Este item/questão é sobre o que eu quero avaliar?

A validade facial está presente quando os itens parecem avaliar o que se pretende medir. A pergunta que se coloca é: Este item/questão parece ser sobre aquilo que se pretende medir?

Na fase da construção de um questionário estas duas formas de validade são muito importantes. validade de conteúdo é conseguida através do julgamento de peritos sobre se os itens medem aquilo que se julga avaliarem. A validade facial é geralmente obtida, colocando a pergunta acima descrita à subamostra da população alvo, na fase pré-teste.

Vilelas (2009) faz corresponder a validade de conteúdo à validade de constructo, subdividindo-a em validade de constructo convergente e validade de constructo discriminante ou divergente.

#### 5.3.2 *Validade por referência a critério: validade concorrente e validade preditiva*

A validade por referência a critério, também designada validade externa, validade empírica ou validade de critério de um questionário consiste no grau em que o mesmo avalia o constructo que pretende medir, por referência a critérios externos supostamente associados ou dependentes do mesmo. Pode subdividir-se em dois tipos: a *validade concorrente* (também designada *concomitante*) e a *validade preditiva* (ou *validade de prognóstico*). No estudo da *validade concorrente* pretende-se analisar a validade de um questionário em relação a um outro que avalia o mesmo constructo. Por isso, na *validade*



*concorrente* existe simultaneidade temporal na avaliação e na pontuação obtida com o questionário que se pretende validar e com a medida usada como critério. A *validade preditiva* é encontrada quando o questionário prediz o desempenho em determinado critério. Na *validade preditiva* existe distanciamento temporal entre a aplicação do primeiro questionário e a aplicação da medida usada como critério, pretendendo-se saber se a pontuação no primeiro é capaz de prever a pontuação no segundo (e.g. testes de seleção profissional como preditores do desempenho no trabalho). O método estatístico mais usado na análise estatística da validade concorrente e da validade preditiva é a correlação. Por vezes, para a exploração da validade preditiva, a análise de regressão é também aplicada (Almeira e Freire, 2017).

### 5.3.3 *Validade interna, ou de constructo ou de conceito.*

A *validade de constructo*, também designada *validade de interna*, *validade de conceito*, *validade conceptual*, *validade de construção* ou *validade hipotético-dedutiva*, consiste no grau em que conhecemos aquilo que a prova está a medir (Almeida e Freire, 2017). Trata-se de saber o que é que o questionário está a medir, o grau de correspondência entre o resultado no questionário e o construto avaliado, o que muitas vezes implica o conhecimento da teoria que fundamentou a sua construção.

#### **a) Análise fatorial**

Um dos métodos de análise da validade de conceito ou de constructo de um questionário consiste na análise fatorial, que pode ser exploratória e confirmatória.

A *análise fatorial exploratória* é habitualmente usada nas primeiras fases da investigação para explorar a relação entre um conjunto de variáveis e as dimensões subjacentes. A *análise fatorial confirmatória* é mais complexa, recorre a procedimentos estatísticos recentes e visa testar (confirmar) modelos teóricos prévios, sobre a estrutura subjacente a um conjunto de variáveis (Almeida e Freire, 2017). Por isso, a análise fatorial confirmatória de um questionário, surge após a análise fatorial exploratória, visando confirmá-la numa outra amostra.

A análise fatorial é um procedimento estatístico que se fundamenta nas correlações (entre todas as variáveis) e que visa simplificar as relações entre um conjunto de variáveis relacionadas (itens), identificando uma estrutura subjacente, mais simples (fatores, dimensões ou subescalas) (Moreira, 2006). A análise fatorial permite confirmar de forma empírica se o questionário mede um construto com uma única dimensão (unidimensional) ou um construto com várias dimensões (multidimensional).

Antes de iniciar a análise fatorial alguns pressupostos devem ser seguidos, no que diz respeito ao tamanho da amostra e à relação entre os itens. Um dos pressupostos é que a amostra deve ter um tamanho de pelo menos 5 elementos por cada item para que seja adequada para a realização da análise fatorial (Almeida e Freire, 2017). No entanto,

não é consensual e Nunnally (1978) propõe que os participantes sejam 10 vezes mais do que o número itens. A análise fatorial parte das correlações entre as variáveis para a identificação dos fatores, daqui decorrendo um segundo pressuposto que consiste na necessidade de existir uma relação linear entre as variáveis. Este pressuposto pode ser violado, caso os itens do questionário tenham uma escala de resposta com poucas opções, como, por exemplo a dicotômica (e.g., “Sim”/ “Não”) ou caso a distribuição das respostas aos itens seja demasiadamente assimétrica (Green et al, 1999).

Para determinar se as variáveis estão lineamente relacionadas é recomendável a análise da matriz de correlações entre os itens. Estas relações não devem ser nem demasiadamente baixas ( $< .30$ ) nem demasiadamente robustas (correlações próximas de  $.90$ ) (Almeida e Freire, 2017; Green et al., 1999; Tabachnick e Fidell, 2013).

O teste de adequação da amostra de Keiser-Meyer-Olkin (KMO) (Keiser, 1970) e o teste de esfericidade de Bartlett (Bartlett, 1954) são medidas adicionais para avaliar a adequação psicométrica da matriz de correlações, que são fornecidos por alguns programas de análise estatística (e.g., Statistical Package for the Social Sciences, SPSS). A medida de adequação da amostra KMO varia entre 0 e 1, sendo o valor de  $.6$  o mínimo aceitável para realizar a análise fatorial. O valor do teste de esfericidade deve ser estatisticamente significativo ( $p < .05$ ), para que a realização da análise fatorial seja apropriada (Almeida e Freire, 2017).

A análise fatorial exploratória, propriamente dita, inicia-se com uma série de técnicas que auxiliam na decisão do número de fatores a reter: a análise das componentes principais (solução não rotacionada) e o *scree teste de Catell* (Catell, 1996). O critério de Keiser define que os fatores são isolados quando apresentam um valor próprio (*eigenvalue*) superior a 1 e alguns programas de análise de estatística (e.g., SPSS) fornecem a informação relativa, à percentagem de variância total explicada por todos e por cada um desses fatores com *eigenvalues* superior a 1. O *scree teste de Catell* (magnitude relativa dos eigenvalues) fornece um gráfico (diagrama de declividade), com uma curva com um declive acentuado, um ponto de inflexão, que se segue de um declive menor, quase horizontal. Segundo este autor, devem ser retidos os fatores indicados até ao ponto de corte, isto é, aquele em que o declive da curva quebra acentuadamente e se torna mais horizontal. Pode também ser tomada uma decisão quanto ao número de fatores a reter, com base na conceção teórica prévia sobre as dimensões do construto avaliado pelo questionário (Green et al., 1999).

Tendo determinado o número de fatores, seguidamente, estes são submetidos a rotação (e.g., ortogonal: varimax, quartimax, equamax; oblíqua: direct oblimin; promax), procedimento que visa maximizar as saturações dos itens nos respetivos fatores. A rotação ortogonal é usada quando os fatores são independentes (não relacionados) e a oblíqua, quando os fatores estão correlacionados. A *saturação*, *carga* ou *peso fatorial* de um item no fator (em inglês *loading*), pode variar entre +1 e -1 (o valor zero corresponde à ausência de relação) e indica a percentagem de covariância entre esse item e o respetivo fator, em

que medida o item contribui empiricamente para um traço latente (Almeida e Freire, 2017; Moreira, 2006). O investigador ficará a saber quais são os itens que mais saturam no fator, sendo estes os de maior qualidade. Um fator pode ser interpretado ou nomeado, analisando o conteúdo dos itens com maior peso no mesmo. Considera-se geralmente que a carga fatorial do item no fator não deve ser inferior a .30, o que significa que a covariância entre o item e o fator não pode ser inferior a 9% ( $.30^2$ ). No entanto, em vez de .30, o investigador pode considerar valores de saturação mais elevados, quando escolhe os itens que vai reter num fator, o que diminuirá o número de itens da prova, torná-la-á mais curta e diminuirá o tempo de administração (Almeida e Freire, 2017). Um item com uma saturação inferior a .30 em todos os fatores, deverá ser excluído. Quando o item tem valores aceitáveis em vários fatores antes de decidir se deverá ser eliminado ou retido, será importante analisar qual o fator em que tem maior saturação, em que medida o resultado num e noutra fator ficaria afetado se o mesmo fosse eliminado e analisar qual a sua contribuição para a consistência interna do questionário.

### **b) Validade convergente e da validade discriminante ou divergente**

A *validade convergente* é analisada estudando a relação dos resultados de dado questionário com as pontuações em outras variáveis com as quais o construto está teoricamente relacionado (Almeida e Freire, 2017). Os coeficientes de correlação entre as pontuações destas variáveis devem ser positivos (variam numa relação direta) e estatisticamente significativos

Na análise da segunda, da *validade discriminante*, pretende-se avaliar a capacidade discriminativa do questionário, comparando as suas pontuações com as obtidas em outro que avalia um construto com o qual não está teoricamente relacionado ou que varia em sentido inverso. É esperado que a correlação entre estas pontuações seja inexistente ou negativa e significativa (Vilelas, 2009)

### **c) Estudos diferenciais**

Outra metodologia é o recurso a estudos diferenciais, como, por exemplo o recurso a grupos específicos e a grupos contrastantes (Almeida e Freire, 2017).

### **d) Estudos desenvolvimentais**

Uma quarta metodologia é o recurso a estudos desenvolvimentais. Estes estudos são relevantes quando as dimensões avaliadas são sensíveis ao desenvolvimento e à aprendizagem escolar (Almeida e Freire, 2017).

## 6 | AFERIÇÃO DOS RESULTADOS E CÁLCULO DE NORMAS

A aferição dos resultados de uma prova assume relevância, considerando a sua utilização na investigação e na prática psicológica (Almeida e Freire, 2017). Na aferição de uma prova, incluindo o questionário formal, deve ser incluída toda a informação com relevância para a análise e interpretação dos resultados, incluindo o que acabamos de abordar, relativamente à sensibilidade, à fidelidade, à validade dos resultados e, para além disso, os padrões para a interpretação dos resultados brutos e as normas.

As normas devem ser sempre apresentadas, pois permitem comparar o resultado de um indivíduo numa prova com os resultados da amostra usada na construção da mesma. As normas podem revestir a forma de médias, desvio padrão (Notas T e Z), mediana, percentis, classes normalizadas, as notas idade (e.g., Nova Escala Métrica de Inteligência de Binet-Simon). Estas normas podem ser dadas por grupo etário e/ou por género (Almeida e Freire, 2017), caso se justifique.

## 7 | CONCLUSÃO

A investigação tem sempre por fundamento uma determinada perspetiva de aproximação à realidade.

Considerando a sua proveniência, os dados podem ser primários (são obtidos diretamente da realidade empírica, pelo contacto que o investigador tem com os factos, através dos instrumentos) ou secundários (são obtidos através de registos escritos, resultam do trabalho de outro(s) investigador(es) fundamentado no contacto com a prática). Os dados primários e secundários envolvem técnicas de recolha de dados distintas e integram-se num processo sequencial, uma vez que os dados secundários já foram primários e os primários tornam-se secundários, quando são disponibilizados para outros investigadores.

As técnicas de recolha de dados primários refletem a diversidade das situações da realidade e abrangem a observação, a entrevista e os questionários, entre outros.

No presente trabalho abordamos o questionário formal, que é, uma das técnicas de recolha de dados primários, particularmente útil quando a investigação envolve o modo de pesquisa quantitativo. Na aceção de Almeida e Freire (2017) o questionário formal é aquele que foi estandardizado, aferido numa dada população.

As definições de questionário variam entre os autores. Na nossa análise de algumas definições propostas por alguns autores (Almeida e Freire, 2017; Ghiglione e Matalon, 1997; Wood e Haber, 2001, Vilelas, 2009) encontramos algumas características a salientar, nomeadamente: que é constituído por um conjunto de questões, itens ou situações, que avaliam um conceito, domínio ou constructo, que esse conjunto questões, itens ou situações é organizafo, planeado, rigorosamente estandardizado, e que a sua utilização visa a pesquisa de dados de sujeitos em amostras ou subamostras.

Ghiglione e Matalon (1997) dão especial relevo à possibilidade de exploração

estatística dos dados fornecidos pelo questionário, considerando que esse é um dos seus objetivos. Estes autores descrevem quatro propósitos que os questionários servem e que são: a estimativa de grandezas absolutas, a estimativa de grandezas relativas, a descrição de uma população ou subpopulação, e a verificação de hipóteses, relativas às relações possíveis entre variáveis.

A escolha de um questionário para a recolha de dados em determinada investigação empírica, de forma a garantir a qualidade da informação recolhida, deve fundamentar-se na análise crítica das suas características metrológicas. Como afirmam Almeida e Freire (2017), “como o objetivo da avaliação é a obtenção de informação significativa”, a avaliação crítica dos aspetos relativos às análises qualitativas e quantitativas que presidiram à construção, adaptação e aferição de um instrumento de avaliação, “são sempre necessárias para garantir o rigor e valor da informação que se recolhe” (Almeida e Freire, 2017: p. 81).

A investigação pode também implicar a construção de um questionário. A construção de um questionário formal envolve a definição do construto que o mesmo pretende avaliar, do objetivo da avaliação e da população alvo. Constituem fases cruciais da construção do questionário a revisão da literatura na área, a definição do construto e a exploração de escalas anteriores que também o avaliam, o contacto com especialistas da área, a formulação das questões, das instruções de preenchimento, e o estudo das suas características metrológicas.

A construção dos itens fundamenta-se, frequentemente, na prática do investigador e em outras fontes de informação, como a proveniente de discussões em *mesas redondas* ou em *painéis de especialistas*, de conversações com outros especialistas, de entrevistas abertas, da consulta de textos e da análise dos itens dos questionários existentes para avaliar o mesmo construto. O conjunto de itens tem por base a operacionalização do construto, através de sucessivos níveis de aproximação ao mesmo. No entanto, antes da formulação dos itens (1) deve ser decidido quantos itens deverá incluir a versão definitiva do questionário; (2) o grau de dificuldade ou o nível de intensidade dos comportamentos a considerar, tendo em conta a população alvo e os objetivos do questionário; (3) o formato e conteúdo dos itens e (4) a forma de aplicação (Almeida e Freire, 2017). No que diz respeito à forma, as questões podem ser fechadas ou abertas. As questões fechadas têm opções de resposta que podem envolver diferentes escalas de medida, o que determina as características da variável. Os itens devem ser relevantes, estar relacionados com o domínio a avaliar e devem ser formulados com clareza, de forma objetiva, simples e fácil de compreender (Almeida e Freire, 2017; Ghilione e Matalon, 1997; Vilelas, 2009). Um outro aspeto a contemplar é que os itens avaliem a amplitude do construto e que sejam credíveis, apresentem uma boa validade facial. O tempo de administração deve ser adequado, não demasiadamente longo. Deve também ser considerada a ordem de apresentação dos itens na prova e elaborado o conjunto de instruções para o seu preenchimento

Estando construída a primeira versão dos itens do questionário formal, seguem-se

várias análises exploratórias qualitativas e quantitativas, que podem levar à alteração da sua formulação ou à sua exclusão do questionário

Para a análise de conteúdo e forma dos itens é realizada a aplicação do pré-teste a uma amostra e usado o método de reflexão falada. Um procedimento adicional é a consulta de especialistas na área, que é útil para obter pareceres quanto à informação obtida pelo método de reflexão falada. Os procedimentos quantitativos na fase de análise e de seleção dos itens visam avaliar a dificuldade ou dispersão das respostas na amostra de indivíduos avaliados e a exploração da validade interna e externa dos itens.

A investigação empírica pode também ter por objetivo a tradução e adaptação cultural de um questionário formal existente e ao estudo das suas qualidades metrológicas na população, usando procedimentos precisos, que foram descritos neste trabalho. Como passos importantes do processo de adaptação destacam-se a tradução inicial dos itens do questionário, a realização da síntese de traduções, a retroversão, a revisão das traduções pelo grupo de especialistas e o pré-teste da versão pré-final do questionário.

Quando é construído um questionário formal, com múltiplos itens, para avaliar um construto, não fica automaticamente assegurado que tenha sido construída uma medida adequada do mesmo. Quando um questionário é traduzido e adaptado culturalmente, não ficam asseguradas as suas qualidades metrológicas. Os questionários formais usados em investigação empírica devem apresentar boas características metrológicas, o que se prende com o a sensibilidade, fidedignidade e validade dos seus resultados.

A sensibilidade de um questionário consiste no grau com que os seus resultados surgem distribuídos de forma a diferenciar os sujeitos entre si, quanto aos seus níveis de realização.

A fidelidade de um questionário está relacionada com o grau de precisão ou exatidão que se pode ter na informação obtida, na sua pontuação. Alguns procedimentos para analisar a fidelidade de um questionário formal e incluem a análise da estabilidade temporal dos resultados, a análise da consistência interna das pontuações e a análise do poder discriminativo dos itens.

A validade de um questionário formal consiste na capacidade que o mesmo tem de avaliar a variável que pretende medir, o grau em que seus resultados medem o que o questionário pretende avaliar. É insuficiente afirmar que um questionário avalia adequadamente determinado construto, apenas com base no facto de que ele foi construído para o avaliar. A validade de um questionário deve ser analisada através de métodos adequados para o efeito. Existem várias modalidades do estudo de validade de um questionário e neste trabalho descrevemos a validade de conteúdo e a validade facial, a validade de referência a um critério (concorrente e preditiva) e a validade interna, ou de construto, ou de conceito. Na exploração desta última debruçamo-nos particularmente sobre a análise fatorial, mas também sobre a validade convergente e divergente, sobre os estudos diferenciais e os estudos desenvolvimentais.

No âmbito da investigação empírica em psicologia, a construção de questionários formais, a sua adaptação e a sua utilização como método de colheita de dados são habituais. É importante que o investigador saiba em que consiste a fidelidade e validade de um questionário formal, como podem ser avaliadas e as implicações práticas na investigação (British Psychological Society, 2017). O uso de questionários formais fidedignos e válidos na investigação permitirá uma avaliação adequada das variáveis em estudo, uma adequada colheita de dados, que alicerçará a consistência dos achados e conclusões.

Este trabalho pode ajudar o investigador a ter uma visão crítica sobre as qualidades psicométricas dos questionários formais e a fundamentar a escolha dos que usa nos seus trabalhos empíricos, para a recolha de dados.

Entre as limitações do questionário formal destacam-se *a separação das respostas, o isolamento das respostas dadas sobre o mesmo assunto, o perder-se a compreensão, sistemática ou intuitiva, da coerência das respostas de um só indivíduo*. Entre as suas forças incluem-se a possibilidade de comparação das respostas dos indivíduos das amostras e subamostras de uma população, a facilidade do tratamento estatístico dos dados fornecidos e o facto de facilitar a generalização dos resultados empíricos para uma população mais vasta (e.g., população geral ou grupo de indivíduos com as características da amostra estudada). (Ghiglione e Matalon, 1997, p. 110)

A utilização na investigação empírica de questionários formais, construídos ou adaptados sem os cuidados acima descritos, dificilmente assegurará resultados e conclusões válidas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S., FREIRE, T. **Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação**. 5 ed. Braga: Editora Psiquilíbrios, 2017. Edição revista.

BARTLETT, M. S. A note on the multiplying factors for various chi square approximations. **Journal of the Royal Statistics Society**, v.16 (Series B), p. 296-298, 1954.

BEATON, D., BOMBARDIER, C., GUILLEMIN, F., FERRAZ, M. B. **Recommendations for the Cross-Cultural adaptation of Health Status Measures**. American Academy of Orthopaedic Surgeons and Institute for Work & Health, Mar. 2002. Edição revista. Disponível em: <<http://www.dash.iwh.on.ca>>, Acesso em: 18 mar 2019

BEATON, D., BOMBARDIER, C., GUILLEMIN, F., FERRAZ, M. B. **Recommendations for the Cross-Cultural Adaptation of the DASH & QuickDASH Outcome Measures. Revised, 12 June 2007**. Institute for Work & Health, 12 Jun. 2007. Edição revista. Disponível em: <[http://www.dash.iwh.on.ca/sites/dash/files/downloads/cross\\_cultural\\_adaptation\\_2007.pdf](http://www.dash.iwh.on.ca/sites/dash/files/downloads/cross_cultural_adaptation_2007.pdf)>, Acesso em: 30 jun. 2021

BRITISH PSYCHOLOGICAL SOCIETY. *The British Psychological Society Steering Committee on Test Standards' Psychological Testing: A Guide*. Leicester, UK: **British Psychological Society**, 1992. 6 p.

BRITISH PSYCHOLOGICAL SOCIETY. The British Psychological Society Promoting excellence in psychology Psychological testing: A test user's guide. **British Psychological Society**, 2017. Disponível em: <[https://ptc.bps.org.uk/sites/ptc.bps.org.uk/files/guidance\\_documents/ptc02\\_test\\_users\\_guide\\_2017\\_web.pdf](https://ptc.bps.org.uk/sites/ptc.bps.org.uk/files/guidance_documents/ptc02_test_users_guide_2017_web.pdf)>, Acesso em: 30 jun. 2021

CATELL, R. B. The scree test for number of factors. **Multivariate behavioral Research**, n. 1, p. 245-276, 1996.

CICONELLI, R. M. **Tradução para o Português e validação de questionário genérico de avaliação da qualidade de vida "Medical Outcomes Study 36 item Short-Form Health Survey (SF36)**. Dissertação (Doutorado em Medicina). Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1997.

CRAIG, J., SMYTH, R. **Prática baseada na evidência. Manual para enfermeiros**. Loures: Lusociência, 2004.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2 ed. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1988.

DEVELLIS R. F. **Scale development. Theory and applications**. London: Sage Publications, 1991.

GHIGLIONE, R., & MATALON, B. **O inquérito. Teoria e prática**. 3 ed. Oeiras: Celta Editora, 1997.

GIL, A. C. **Pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 1999

GREEN, S. B., SALKINO, N. J., AKEY, T. M. **Using SPSS for windows. Analysing and understanding data**. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

GUILLEMIN, F. Cross-cultural adaptation and validation of health status measures. **Scandinavian Journal of Rheumatology**, v. 24, n. 2, p. 61-63, 1995.

HILL, M. M., HILL, A. **Investigação por questionário**. Lisboa: Edições Sílabo, 2002.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R., FERNÁNDEZ COLLADO, C., BAPTISTA LUCIO, P. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 2000.

KEISER, H. A second generation. Little Jiffy. **Psychometrika**. v. 35, p. 401-415, 1970.

MARÍN IBÁÑEZ, R.; PÉREZ SERRANO, G. **Pedagogía social y sociología de la educación. Unidades didáticas 1, 2 y 3**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1985

MOREIRA, J. M. Investigação quantitativa: fundamentos e práticas. In: LIMA, J. A.; PACHECO, J. A. **Fazer investigação. Contributo para a elaboração de dissertações e teses**. Porto: Porto Editora, 2006.

NUNNALLY, J. C. **Psychometric theory**. New York: McGraww-Hill, 1978

POLIT, D., HUNGLER, B. **Pesquisa em enfermagem**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.



SIERRA BRAVO, R. **Técnicas de investigación social. Teoría y ejercicios.** Madrid: Paraninfo, 1988.

TABACHNICK, B. G., FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics.** 6 ed. New Jersey, USA: Pearson Education, 2013.

VILELAS, J. **Investigação. O processo de construção do conhecimento.** Lisboa: Edições Sílabo. 2009.

WOOD, G., HABER, J. **Métodos, avaliação crítica e utilização.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescência 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 32, 109, 110, 111, 113, 114, 138, 152, 165, 167, 168, 172, 173, 214, 234

Adulto Mayor 11, 99, 100, 106

Ansiedade 14, 5, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 43, 44, 45, 56, 60, 62, 86, 132, 164, 169, 173, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

Aspectos Psicossociais 14, 288, 289, 290, 291, 295, 296

Autoconfiança 14, 142, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

Avaliação Psicológica 157, 158, 160

### C

Câncer infantil 14, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 298

Concepção 13, 186, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 245, 246, 259

Conceitos Temporais 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 204

Contos de Fadas 10, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11

Controle Aversivo 11, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 90

Crenças em Saúde 164

Crenças infantis 13, 217, 220, 223, 229, 234

### D

Depresión 11, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Depressão 13, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 53, 56, 60, 62, 81, 82, 83, 100, 109, 112, 113, 132, 151, 152, 161, 164, 169, 172, 175, 178, 179, 180, 185, 186, 279, 290, 294, 309

Desenvolvimento e Adaptação cultural 242

Diabetes Mellitus 164, 165, 175

### E

Educação Profissional 115

Educar para a Saúde 136, 137

Ensino-Aprendizagem 159, 267, 270, 272, 273

Envelhecimento 129, 130, 131, 132, 133, 135, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 207, 208, 209, 210, 215, 216

Equipe Multiprofissional 12, 28, 48, 115, 133

Existencialismo 64

## **F**

Fenomenologia 64, 66, 67, 68, 73, 74

Follow-Up 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186

## **G**

Gestante 23, 24, 25, 28, 29

Graduação em Psicologia 267, 327

## **I**

Idoso 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 210

Infertilidade 10, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 307

Internet 10, 35, 36, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 62, 114, 138

Investigação empírica 13, 242, 262, 263, 264

## **J**

Jogos Terapêuticos 1, 7, 9

Jovens Voluntários 12, 136, 137, 139, 145, 147

## **L**

Linguagem 2, 4, 12, 18, 27, 49, 55, 65, 91, 92, 93, 95, 98, 159, 189, 190, 191, 193, 203, 205, 227, 249, 307

Livros Didáticos 188, 199, 201, 202, 203, 204

## **M**

Mecanismos de Compensação 13, 207, 214

Mídias Sociais 51, 54, 57, 58, 59, 60

Monitoria 14, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274

## **N**

Nascimento 10, 13, 14, 22, 24, 33, 150, 208, 217, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 271, 288

## **O**

Oficina Terapêutica 10, 12, 13, 16, 17, 18

## **P**

Percepção da Doença 13, 164, 175

Prevenção do VIH e Sida 136

Processos evolutivos 217, 229, 239

Psicanálise 1, 3, 9, 12, 14, 19, 20, 26, 58, 65, 66, 69, 269, 300, 301, 309, 310, 329

Psicodiagnóstico 12, 157, 159, 160, 161, 162

Psicologia Clínica 20, 64, 66

Psicologia da Saúde 9, 164, 165, 175

Psicoterapia Analítico-Funcional 75

Psicoterapia Infantil 1

## **Q**

Qualidade de Vida 12, 38, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 137, 148, 152, 153, 155, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 210, 265, 275, 285, 316

## **R**

Recaída 178, 179, 180, 181, 182, 183

Redes Sociais 10, 35, 36, 38, 39, 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63

## **S**

Saúde Mental 12, 1, 21, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 56, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 275, 277, 278, 286, 287

Segurança do paciente 12, 115, 119, 124

Síndrome de Burnout 14, 275, 278

Sonhos 11, 3, 42, 44, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 284

Suicídio 11, 18, 20, 56, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 180, 279

Sujeito 11, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 37, 56, 58, 59, 71, 78, 91, 95, 96, 97, 111, 134, 158, 160, 161, 162, 181, 210, 215, 227, 271, 304, 312, 314, 315, 317, 322

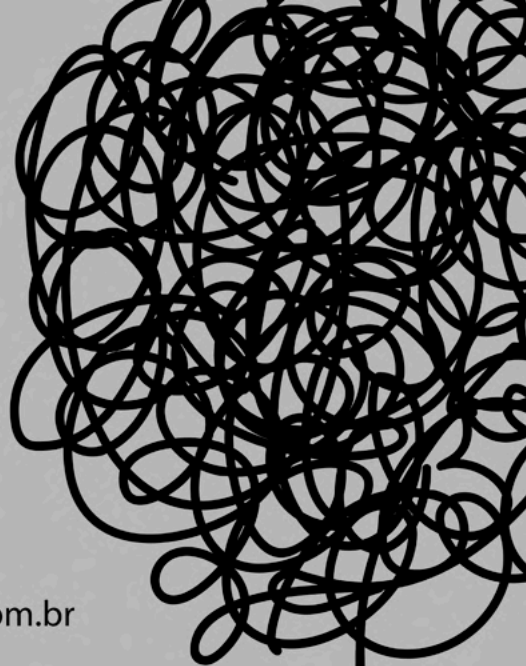
## **T**

Trabalho 4, 12, 13, 17, 18, 19, 23, 25, 31, 37, 51, 53, 59, 60, 65, 71, 72, 73, 78, 81, 84, 88, 89, 95, 111, 116, 118, 120, 121, 122, 124, 133, 134, 135, 139, 142, 143, 145, 150, 151, 152, 153, 158, 161, 178, 188, 193, 201, 202, 203, 204, 211, 212, 213, 242, 243, 244, 246, 258, 261, 263, 264, 267, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 292, 295, 299, 302, 307, 309, 311, 312, 313, 316, 317, 327

Transtorno de aprendizagem 12, 157, 158, 160, 161, 162

## V

Vulnerabilidade 12, 24, 53, 126, 127, 128, 129, 148, 152, 153, 284, 303



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# *A Pesquisa em Psicologia:*

Contribuições para o  
Debate Metodológico

2





🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# *A Pesquisa em Psicologia:*

**Contribuições para o  
Debate Metodológico**

**2**

